

In: Moisés de Lemos Martins (org.) (2017), *A Internacionalização das Comunidades Lusófonas e Ibero-Americanas de Ciências Sociais e Humanas - O Caso das Ciências da Comunicação*, 319-335. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Famalicão: Edições Húmus.

## MODELOS COGNITIVOS DA LUSOFONIA ROMANTISMO E RACIONALISMO NAS POLÍTICAS DE LÍNGUA E COMUNICAÇÃO DE UNIDADE/DIVERSIDADE DO PORTUGUÊS EUROPEU E BRASILEIRO

Augusto Soares da Silva\*

### Resumo

Pensamos sobre a realidade social em termos de modelos cognitivos e culturais e, consequentemente, utilizamos estes modelos para categorizar e avaliar a variação linguística. Neste estudo, analisaremos os modelos cognitivos e culturais subjacentes às percepções e atitudes relativamente às variedades europeia e brasileira do português. Emergindo necessariamente no discurso, esses modelos serão estudados com base num *corpus* de debates sobre políticas de língua e comunicação, normatização linguística e lusofonia. Identificaremos modelos *românticos* e modelos *racionalistas*, tanto de convergência como de divergência entre as duas variedades nacionais, que estão na base de atitudes puristas e pró-independentistas face ao português como língua *pluricêntrica*. O *modelo racionalista* vê a norma padrão como meio de participação social, ao passo que o *modelo romântico* olha para a língua padrão como meio de discriminação de identidades. Discutiremos a influência destas ideologias românticas e racionalistas no pluricentrismo do português e na lusofonia.

*Palavras-chave:* lusofonia; pluricentrismo; políticas de língua e comunicação; modelos cognitivos

---

\* Professor Catedrático da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa, onde concluiu o Doutoramento em Linguística Portuguesa, em 1997. As suas áreas de investigação são a semântica lexical, as bases conceptuais da gramática e a variação linguística, na perspetiva da Linguística Cognitiva, e a interface entre esta e as Ciências da Comunicação na análise crítica e cognitiva de discursos dos media. Entre as suas obras publicadas constam *O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição* (2006), premiado com o Grande Prémio Internacional de Linguística, da Sociedade da Língua Portuguesa. Coordena a Licenciatura em Ciências da Comunicação e o Doutoramento em Linguística e é diretor do Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos.  
E-mail: [assilva@braga.ucp.pt](mailto:assilva@braga.ucp.pt).  
Este estudo foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, como parte do Projeto PTDC/MHC-LIN/6915/2014.

## 1. Introdução

Pensamos sobre a realidade social em termos de *modelos cognitivos e culturais*, isto é, conhecimentos individualmente idealizados e interindividualmente partilhados pelos membros de uma comunidade. Sendo qualquer língua um fenómeno sociocultural inevitavelmente não-homogéneo, usamos modelos cognitivos e culturais para categorizar e avaliar a variação intralinguística tanto regional como nacional. Especificamente, utilizamos modelos românticos e racionalistas para perceber, categorizar e avaliar a variação e a normatização linguísticas, bem como para decidir sobre questões de normatização e estabelecer políticas de língua e comunicação. O *modelo racionalista* vê a norma padrão como meio de participação social, ao passo que o *modelo romântico* olha para a língua padrão como meio de discriminação de identidades.

No contexto do estudo sobre *línguas pluricêntricas* (Clyne, 1992; Silva, 2014a) e na perspetiva de uma visão *cognitiva* da linguagem e da comunicação (Geeraerts & Cuyckens, 2007; Silva, 1997, 2004), analisaremos os modelos cognitivos e culturais subjacentes às perceções e atitudes relativamente às variedades nacionais do português europeu e brasileiro. Depois de um breve olhar sobre o português como língua pluricêntrica, identificaremos, com base num *corpus* de debates sobre políticas de língua e comunicação e lusofonia, modelos românticos e racionalistas, tanto de convergência como de divergência entre as duas variedades nacionais, que estão na base de atitudes puristas e pró-independentistas. Discutiremos, ainda, a influência destas ideologias românticas e racionalistas no pluricentrismo do português e na lusofonia.

## 2. O português como língua pluricêntrica

Com textos escritos desde a fundação de Portugal no século XII, o português é atualmente falado por mais de 250 milhões de falantes (Reto, 2012), sendo a sexta língua mais falada do mundo, a quinta língua mais usada na Internet e a terceira língua mais usada nas redes sociais Facebook e Twitter. É a língua oficial de oito países espalhados pela Europa, América, África e Ásia, designadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste; e língua oficial de mais dois – Guiné Equatorial e China ou, mais exatamente, Região de Macau.

O português é uma língua tipicamente *pluricêntrica*, no sentido, institucionalizado por Clyne (1992, p. 1), de que apresenta diferentes variedades nacionais, cada qual com a sua norma padrão própria. O português tem duas variedades padrão estabelecidas – o português europeu (PE), que é oficial em sete dos referidos países, e o português brasileiro (PB) – e outras normas padrão em desenvolvimento, como as do português de Moçambique e de Angola.

Como afirmava Clyne (1992) no epílogo do volume seminal sobre línguas pluricêntricas, nele reunindo dados comparativos sobre 17 línguas pluricêntricas espalhadas pelo mundo, o português é das poucas línguas que mais se aproximam da situação pouco frequente de *pluricentrismo simétrico* – propriedade que caracteriza somente o português e o árabe entre as línguas estudadas no volume de Clyne. Na verdade, a supremacia histórica de Portugal é contrabalançada pela gigantesca dimensão do território e da população do Brasil.

Entre os fatores que têm favorecido o pluricentrismo simétrico do português, podemos apontar os seguintes: o balanceamento, já referido, entre a supremacia temporal de Portugal e a supremacia espacial do Brasil; nem Portugal nem o Brasil exercem poder político ou económico um sobre o outro; ambos os países têm ganho recentemente prestígio internacional, ora Portugal como membro da União Europeia, ora o Brasil como potência económica emergente fazendo parte dos BRICS; o desenvolvimento de dicionários e gramáticas de referência e o conseqüente aumento de codificação das normas padrão de Portugal e do Brasil; a pouca cooperação entre as duas normas; a normatização divergente das duas variedades nacionais; a criação de instituições que visam também a normatização e promoção internacional da língua portuguesa, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP); e o reconhecimento cada vez maior em Portugal e no Brasil, e noutros países lusófonos, da importância da internacionalização e do pluricentrismo do português em termos sociopolíticos, geoestratégicos, económicos e culturais.

Há, no entanto, algumas assimetrias. Por exemplo, enquanto o PB goza de uma grande popularidade em Portugal e noutros países lusófonos, a exposição do PE no Brasil é mínima.

Efetivamente, os *media* brasileiros, especialmente a TV, fecham-se a outras normas nacionais do português, pelo que os brasileiros têm geralmente dificuldades em entender o padrão europeu falado. Um outro exemplo de assimetria: o

padrão brasileiro está mais afastado da realidade e diversidade da língua falada do que o padrão português<sup>1</sup>.

Entre o PE e o PB existem diferenças a todos os níveis da estrutura linguística. Tanto numa variedade como na outra, encontram-se tendências inovadoras e conservadoras, o que significa que não pertence a Portugal o privilégio da tradição nem ao Brasil o privilégio da inovação. Por exemplo, no domínio da fonética e da fonologia o PB é mais conservador do que o PE: houve uma acentuada mudança no sistema das vogais átonas no PE no sentido de uma forte subida, redução e até mesmo desaparecimento. O maior conservadorismo do PB exprime-se também na colocação dos clíticos: o PB mantém o predomínio da próclise do português médio e clássico, ao passo que o PE evoluiu para a ênclise, que a partir do séc. XVIII se tornou obrigatória na oração principal afirmativa. Os estudos linguísticos comparativos têm mostrado que as duas variedades nacionais começaram a divergir no séc. XIX<sup>2</sup>.

O PB configura uma situação de *diglossia* – discrepância entre a norma tradicional idealizada e a norma real dos grandes centros urbanos, ou a norma escrita exógena, comprometida com o PE, e a norma oral endógena –, que nos últimos anos tem vindo a perder intensidade, e apresenta um grande contínuo dialetal (Silva, R.V., 2004), ao passo que o PE se caracteriza por uma crescente padronização a partir da revolução democrática de 1974. O PB está hoje confrontado com dois grandes desafios: um dilema sociolinguístico, pela grande variação regional e social, e um dilema didático, pelo ensino da língua a uma população que tem crescido galopantemente. A mudança, nos últimos anos, na política oficial de ensino da língua no Brasil tem contribuído para reduzir o impacto destes problemas: a escola está mais aberta a socioletos do que antes. Além disso, a intensa e rápida urbanização do Brasil tem posto em contacto as variedades popular e culta do PB e, assim, diminuído a distância entre elas.

Os linguistas dividem-se sobre a questão de saber por que o PB é diferente do PE e como isso aconteceu. Existem três hipóteses sobre a origem do PB. Segundo a hipótese da *antiguidade*, o PB é a continuação do português médio do séc. XV, encontrando-se aí a origem de várias características do PB e tendo sido o PE a tomar um rumo desviante a partir do séc. XVIII (Naro & Scherre, 2007).

1 Sobre o português como língua pluricêntrica, ver Baxter (1992), Castilho (2005, 2010) e Silva (2014b).

2 Sobre as diferenças entre PE e PB, ver Teyssier (1982: 78-88), Baxter (1992), Mateus *et al.* (2003: 45-50), Silva, R.V. (2004: 140-147), Castro (2006: 228-231), Castilho (2010: 171-195) e Silva (2014b).

Contrariamente, a hipótese da *emergência de uma nova gramática* defende que a partir do séc. XIX a língua falada no Brasil desenvolveu uma estrutura gramatical nova (Tarallo, 1993; Bagno, 2001). Apoiada na natureza mestiça da população brasileira, a hipótese *crioulista* sustenta que a criouliização do português foi inevitável e que as especificidades do PB têm a sua origem em crioulos de base africana (Baxter & Lucchesi, 1997).

Os linguistas tanto brasileiros como portugueses também se dividem quanto à diversidade que o português apresenta: alguns acham que o que se fala no Brasil e em Portugal são já línguas diferentes; outros consideram que estamos perante variedades bastante diferenciadas mas ainda de uma mesma língua. Não há ainda estudos desenvolvidos e sistemáticos sobre a questão da convergência ou divergência entre as duas variedades nacionais. A hipótese da *divergência* é a que atualmente reúne maior consenso da parte de linguistas tanto portugueses como brasileiros. Por exemplo, Castro (1986, p. 45) evoca o que aconteceu ao latim no declínio do império romano para formular a hipótese da fragmentação progressiva e inevitável da língua portuguesa.

A nossa investigação sociocognitiva e socioletométrica sobre convergência e divergência entre PE e PB nos últimos 60 anos permite confirmar a hipótese da *divergência* entre as duas variedades nacionais (Silva 2010, 2012, 2014b). Utilizamos o *método onomasiológico* de estudo da variação linguística, mais precisamente a variação entre palavras ou construções semanticamente equivalentes (sinónimos denotacionais), e métodos socioletométricos baseados em *perfis onomasiológicos* de conceitos e funções, isto é, conjuntos de expressões sinónimas alternativas usadas para designar determinado conceito ou função, juntamente com as suas frequências relativas. A base empírica da investigação inclui largos milhares de observações do uso de termos alternativos para nomear 43 conceitos nominais dos campos lexicais do futebol e vestuário e do uso de construções alternativas para designar 15 funções linguísticas. Essas observações são feitas no *corpus* CONDIVport, que construímos para o efeito, disponível em [www.linguateca.pt/ACDC](http://www.linguateca.pt/ACDC), constituído por textos portugueses e brasileiros dos anos 50, 70 e 2000 e com a extensão de cerca de 20 milhões de palavras. Os materiais do *corpus* foram extraídos de (i) jornais de desporto e revistas de moda, (ii) linguagem da Internet de *chats* associados a clubes de futebol e (iii) etiquetas de roupas de lojas de vestuário.

A investigação sociolinguística já realizada com base em 21 perfis onomasiológicos do futebol (p. ex., os termos *atacante*, *avançado*, *avante*, *dianteiro*, *forward* e *ponta de lança*, juntamente com as suas frequências relativas no *corpus*,

constituem o perfil onomasiológico do conceito de avançado) e 22 perfis onomasiológicos do vestuário (p. ex., o perfil de casaco masculino inclui os termos *blazer, casaco, paletó*) permite concluir que a hipótese da divergência entre PE e PB se confirma no campo lexical do vestuário, mas não no do futebol. Os termos de vestuário são mais representativos do vocabulário comum e, por isso, os resultados do vestuário estarão mais próximos da realidade sociolinguística. A ligeira convergência no campo do futebol será um efeito da globalização e da padronização do vocabulário do futebol. O mesmo estudo mostra também que há mais mudanças no PB do que no PE, que o PB é mais permeável a estrangeirismos e que não há orientação de uma variedade em relação à outra, o que sugere um *pluricentrismo simétrico* entre PE e PB (Silva, 2010).

Como extensão em curso, pretendemos investigar até que ponto variáveis lexicais e variáveis gramaticais se correlacionam como indicadores de convergência/divergência entre PE e PB. Num estudo piloto, foram analisadas três variáveis sintáticas: construções preposicionais alternativas (p. ex., *falar de/sobre/acerca de/em*), construções completivas infinitivas alternativas (selecionadas por verbos causativos e perceptivos) e construções adjetivas alternativas (*ideia falsa* vs. *falsa ideia*). Os resultados mostram que estas variáveis sintáticas replicam os resultados dos termos de vestuário, confirmando assim a hipótese da *divergência* entre PE e PB (Silva, 2014b).

### 3. Modelos cognitivos da variação intralinguística: romantismo e racionalismo

O recente paradigma da Linguística Cognitiva (Geeraerts & Cuyckens, 2007; Silva, 1997, 2004) tem evidenciado a ideia de que pensamos sobre a realidade social em termos de *modelos culturais* (Holland & Quinn, 1987; Lakoff, 1996; Dirven, Frank & Pütz, 2003; Sharifian, 2011). Este conhecimento é individualmente idealizado e intersubjetivamente partilhado pelos membros de um grupo social, constituindo assim *modelos cognitivos culturais*. Sendo qualquer língua um fenómeno inevitavelmente não-homogéneo, é natural que usemos modelos cognitivos e culturais para categorizar e avaliar a variação intralinguística, quer regional quer nacional. Este é um dos principais tópicos de investigação da Sociolinguística Cognitiva (Kristiansen & Dirven, 2008; Silva, 2009) – uma extensão emergente da Linguística Cognitiva como modelo orientado para o significado e centrado

no uso da língua. A Sociolinguística Cognitiva investiga tanto a *variação do significado*, especificamente os vários modos de interação entre o significado e as outras fontes de variação intralinguística, como o *significado da variação* ou representação cognitiva da variação intralinguística, nas suas componentes de percepção, categorização e avaliação atitudinal da diversidade linguística.

Relativamente a este segundo domínio de investigação da Sociolinguística Cognitiva, Gearererts (2003) identifica dois modelos cognitivos e culturais de padronização linguística na cultura ocidental, em competição permanente. O *modelo racionalista* considera a norma linguística padrão como meio de participação social, de acesso à educação, à cultura e à ciência, de emancipação social e política, de participação política e de construção da democracia. Em contrapartida, o *modelo romântico* vê a língua padrão como meio de discriminação de identidades regionais, sociais e culturais e, conseqüentemente, como instrumento de opressão e de exclusão social. Subjacentes a estes dois modelos ideológicos da variação intralinguística, estão duas visões da língua radicalmente distintas: o modelo romântico vê a língua como *expressão* de uma identidade individual e avalia positivamente a diversidade linguística, como reconhecimento do respeito pelas diferentes identidades; o modelo racionalista concebe a língua como meio de *comunicação* e avalia positivamente a uniformidade linguística, porque expressão simbólica de uma sociedade livre e aberta.

Estes modelos cognitivos e culturais devem ser entendidos como pontos de referência analíticos. Quer isto dizer que podem não ocorrer na sua forma mais pura, podem historicamente transformar-se e até podem misturar-se. Por exemplo, o nacionalismo característico do séc. XIX combina os modelos romântico e racionalista. E o pós-modernismo das últimas décadas do séc. XX inclui quer o modelo romântico, pela expressão de uma identidade fragmentada e pela valorização da diversidade, quer o modelo racionalista, pela valorização da globalização política, económica e linguística. O multilinguismo é hoje um meio de conciliar, até certo ponto, os dois modelos rivais, já que se correlaciona quer com a visão racionalista da eficácia comunicativa quer com a visão romântica da identidade fragmentada do indivíduo pós-moderno.

Vamos agora aplicar os modelos racionalista e romântico da variação intralinguística à percepção, categorização e avaliação dos falantes portugueses e brasileiros sobre as relações entre o português europeu e o português brasileiro e sobre o pluricentrismo do português e a lusofonia. Uma vez que os modelos cognitivos e culturais emergem no discurso, vamos analisar alguns discursos de políticos,

jornalistas, escritores, linguistas e outros intelectuais sobre políticas de língua, questões de normatização linguística e o recente Acordo Ortográfico. Para além de textos jornalísticos, discursos políticos e outras publicações compilados para o *corpus* deste estudo, recolhemos dados também em obras sobre políticas de língua, questões de normatização linguística e lusofonia, como as de Bagno (2000, 2001), Faraco (2001), Coelho (2005), Martins, (2015), Martins *et alii* (2014), Martins, Sousa e Cabecinhas (2006), Gama (2007), Cristóvão (2008) e Martins (2015).

Encontrámos neste *corpus* quatro atitudes românticas e racionalistas sobre as relações entre PE e PB e, num plano mais geral, sobre a própria lusofonia:

- atitude romântica convergente;
- atitude romântica divergente;
- atitude racionalista convergente;
- atitude racionalista divergente.

As atitudes mais radicalmente convergentes e divergentes são *românticas*, ao passo que as posições mais moderadas tendem a ser *racionalistas*. Além disso, as atitudes românticas são geralmente mais frequentes e mais explícitas no Brasil do que em Portugal. Passamos então a analisar estas atitudes nas secções seguintes.

#### 4. Modelos românticos do pluricentrismo PE/PB e da lusofonia

O *modelo romântico convergente* exprime-se, no Brasil, num normativismo conservador e dogmático que pretende impor um padrão decalcado do português literário europeu, bastante afastado das variedades cultas brasileiras. Os subscritores deste modelo tendem a ver erros linguísticos em todo o lado, fazem alertas alarmistas para a “deterioração da gramática” e atribuem aos falantes uma entranhada ignorância linguística e um irresponsável desmazelo da língua. Além disso, condenam o uso de estrangeirismos, sobretudo de origem inglesa, bem como as construções gramaticais próprias da variedade brasileira.

Este modelo romântico é amplamente difundido pelos *media* brasileiros e tem tido manifestações políticas em projetos de lei brasileiros. Por exemplo, o projeto de lei federal do deputado Aldo Rebelo, sobre “a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa” (projeto de lei 1676/1999), proibia o uso de estrangeirismos e previa mesmo pagamento de multa (Faraco, 2001). Efetivamente, há na sociedade

brasileira um *imaginário social* poderoso que leva jornalistas, intelectuais, pedagogos e professores a travarem “guerras” sociais em defesa da dogmática, imutável e única “norma padrão”. Estes “guardiães da língua” têm construído uma cultura do erro linguístico e de desqualificação do falante brasileiro. Em contexto de debate público e quando faltam argumentos para o sustentar, há mesmo a tendência de desqualificar o adversário apontando-lhe “erros de português” – por isso se diz que no Brasil toda a polémica termina na gramática (Faraco, 2011).

Esta forma de nacionalismo e este desejo de impor o padrão europeizante já vêm do elitismo na formação do Estado brasileiro, na segunda metade do séc. XIX. Grande parte da elite letrada brasileira dessa altura defendeu para o novo país o projeto de construir uma sociedade branca e europeizada através de políticas que resultassem na “higienização da raça” e também da língua e no “embranquecimento” do país (Schwarcz, 1993). Este imaginário linguístico construído no século XIX continua hoje presente naqueles que defendem a *pureza* da língua portuguesa e lutam contra as crescentes influências estrangeiras e globalizantes e contra as mudanças da própria língua. Destacam-se três manifestações específicas desta atitude: (i) o conservadorismo dos manuais de redação dos grandes jornais brasileiros, seguindo os velhos compêndios gramaticais; (ii) a proliferação e o sucesso de colunas gramaticais nesses jornais, empenhados na “caça” aos erros; e (iii) a importância dada à “norma padrão” europeia no exame nacional do ensino médio (Faraco, 2008).

Subjacente a esta atitude purista e normativa, está uma ideologia linguística que prega a incompetência da grande maioria dos brasileiros em falar a língua de Camões e está também uma ideologia de exclusão social e de discriminação económica, uma ideologia da superioridade da raça branca e um projeto europeizante da elite brasileira. Resultam daqui mitos e preconceitos linguísticos, como “o PE é puro e inalterado, ao passo que o PB é emprestado e corrompido”, “brasileiro não sabe português”, “brasileiro fala tudo errado”, “português é muito difícil”, “o Brasil é o país de idioma sem gramática”, “falar assim é feio porque é fala de índio”, “não seguir a norma é perder a oportunidade de emprego e a consequente chance de subir na vida”.

A atitude nacionalista romântica encontra-se também em Portugal. Concretamente, os brasileiroismos são considerados invasores e destruidores da língua. Por exemplo, os estudos reunidos no livro “Estão a assassinar o português!” (Moura, 1983) defendem que o principal culpado das “desgraças da língua portuguesa” são as telenovelas brasileiras. Recentemente, a aversão à variedade brasileira

tem sido amplamente sentida no contexto do novo Acordo Ortográfico: tendo envolvido mais mudanças no PE do que no PB, muitos portugueses veem nele a submissão inaceitável de Portugal ao Brasil e até, no atual contexto de crise financeira e econômica, a “venda da língua” ao Brasil. Alguns intelectuais portugueses consideram o Acordo um “desastre nacional” ou um “crime nacional” (Moura, 2008). O movimento contra o Acordo vê nele o “assassinato da língua” e tem produzido slogans nacionalistas tais como “Não fiques de braços cruzados enquanto nos forcem a falar o português do Brasil! És português ou brasileiro?”. Pode aqui ler-se, também, a atitude *neocolonialista* assumida ainda por muitos portugueses, para quem a miscigenação conduz à corrupção e ao empobrecimento do “português autêntico”.

Em contrapartida, o *modelo romântico divergente* está hoje presente nos que reclamam, com argumentos linguísticos e etnográficos, a existência de uma *língua brasileira* e nos que se esforçam por evitar/eliminar o termo *português* na designação da língua oficial do Brasil. Este nacionalismo linguístico mantém traços ideológicos e emotivos do período da independência do Brasil, em 1822, particularmente o projeto romântico-modernista de então de afirmação de uma identidade nacional brasileira, pela qual o *povo brasileiro* se diferenciava dos outros povos do mundo, a começar pelo povo português.

A expressão científica mais influente desta atitude encontra-se no trabalho do linguista e escritor brasileiro Marcos Bagno. Num dos seus famosos ensaios, Bagno (2001) argumenta que as duas variedades começaram a divergir já em 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil, e aponta cinco diferenças sintáticas que considera suficientes para se dever falar de uma *língua brasileira*. A isto acrescenta os argumentos da identidade ecológica, étnica e cultural: “Se a ecologia é outra, se a composição étnica é outra, se a *cultura* é outra, por que somente a língua seria a mesma?” (Bagno, 2001, p. 176). Afirma ainda que reconhecer a existência de uma língua brasileira é importante para elevar a “auto-estima linguística dos brasileiros” e para se começar a tratar a “*esquizofrenia diglôssica* que existe no Brasil” (Bagno, 2001, p. 175). Também o linguista brasileiro Perini (1997, pp. 31-38) considera que o “português” (a norma padrão europeizante) e o “vernáculo” (a língua falada pelos brasileiros) “são tão diferentes quanto o português e o espanhol, ou quanto o dinamarquês e o norueguês”. A influente revista brasileira *Superinteressante* publicou, em 2000, a reportagem “Falamos a língua de Cabral?” em que todos os linguistas entrevistados (exceto um) foram unânimes em afirmar que “no Brasil, definitivamente, se fala uma língua diferente da falada em Portugal”.

Esta atitude romântica divergente está presente nos *media* brasileiros: por exemplo, a legendagem de entrevistas a jovens portugueses no programa televisivo do canal MTV e a dobragem de filmes/séries portuguesas, como o filme *Capitães de Abril*, produzido em 2000 por Maria de Medeiros e baseado na Revolução de 25 de Abril de 1974, e a série televisiva *Equador*, baseada no romance homónimo de Miguel Sousa Tavares e produzida pela canal português TVI, em 2008.

## 5. Modelos racionalistas do pluricentrismo PE/PB e da lusofonia

O *modelo racionalista convergente* manifesta-se na ideia da “unidade na diversidade” ou “unidade superior” da língua portuguesa – uma ideia antiga, amplamente difundida e aceite pelos primeiros grandes linguistas de ambos os países, que hoje recebe novos contornos políticos. Reconhece-se que há (muitas) diferenças entre as duas variedades nacionais e que tem havido um crescente processo de diferenciação dos dois lados, mas argumenta-se que não é possível uma inequívoca demonstração linguística da separação conducente a línguas diferentes. Crucialmente, a afirmação da *unidade da língua portuguesa* é apresentada como uma opção política e socioeconómica a não desperdiçar: o termo *português* deve ser entendido como um importante instrumento de coesão entre povos e como afirmação política e económica num contexto transcontinental (Mateus, 2002). No contexto atual da globalização, a unidade da língua é vista como uma *oportunidade* de projeção do português como língua de comunicação internacional e de afirmação económica. O valor económico da língua portuguesa está estimado em 17% do PIB português e 4% do PIB mundial (Reto, 2012). Neste contexto, tem-se reclamado uma política *internacional* ou *transnacional* (Silva, V.A., 2005, 2007) da língua portuguesa ou a *internacionalização* da sua gestão (Oliveira, 2013). Tal política permitirá “preservar a unidade profunda da língua portuguesa”, evitando que “a diversidade das falas e das normas afecte ou fracture a unidade do sistema linguístico” (Silva, V.A., 2005, p. 31).

O antigo discurso da *unidade na diversidade* é hoje continuado pelo discurso da *lusofonia*. Termo relativamente recente, *lusofonia* é, tal como definido por Fiorin (2006), um “espaço simbólico e político” que se investe de valor “performativo”, no sentido de orientação de comportamento social. Ao lado de alguma ideologia *romântica* que também encerra, orientada para a ideia da *identidade lusófona*, o discurso da lusofonia reveste-se de uma ideologia política utilitarista de afirmação

de um supraespaço político de identidade linguística, política e económica. Como afirma Mateus (2002, p. 42), a língua portuguesa é “um capital de investimento notável, é a nossa forma de manifestarmos a diferença” e “é através do Português que portugueses e brasileiros criam o seu próprio caminho no mundo”.

O discurso racionalista da lusofonia manifesta-se hoje, no mundo globalizado do séc. XXI, em pressões para uma *normatização convergente* da língua portuguesa, invertendo a normatização divergente do séc. XX. São pressões que decorrem de transformações recentes como a presença da língua na Internet, o crescimento de diásporas internas à CPLP e o aumento do intercâmbio de produtos culturais entre os países da CPLP (Oliveira, 2013). O Acordo Ortográfico de 1990, entrado em vigor no Brasil em 2009 e em Portugal em 2011, é das primeiras expressões desta pressão por uma norma convergente. Outras expressões são o *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa* (VOC) e as ações concertadas entre os oito países lusófonos, como o *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa* (2010) e conferências internacionais ou outras ações multilaterais para a *gestão compartilhada e internacional* da língua.

Em contrapartida, o *modelo racionalista divergente*, mais explícito no Brasil do que em Portugal, tem estado presente no processo de normatização divergente ao longo do século passado, cruzando-se aí com o modelo romântico divergente, e é assumido pelos que veem na valorização, estudo e ensino da norma(s) linguística(s) dos grandes centros urbanos brasileiros um instrumento de participação política e educacional, a base do nacionalismo *cívico* e da democracia, tão necessários na sociedade brasileira atual, que ainda mantém características da época colonial, como o autoritarismo político, o oligarquismo económico e o elitismo cultural. São manifestações desta atitude os grandes projetos de investigação linguística no Brasil, como o Projeto NURC (“Norma Urbana Culta”) de documentação das variedades cultas do português brasileiro, criado em 1969, e o Projeto da “Gramática do Português Falado Brasileiro”, desde 1988 (Castilho, 1991), bem como os projetos de escolarização e reforma do ensino, especialmente os que têm levado a escola a abrir-se aos socioletos.

Também em Portugal se têm desenvolvido, desde os anos 80, projetos coletivos de investigação linguística, como o “Português Fundamental” e o “Português Falado: variedades geográficas e sociais”, recolhendo dados do português falado em todos os países lusófonos. Num plano teórico e especulativo, a atitude racionalista divergente está presente naqueles para quem a ideia de *língua portuguesa* não passa de uma noção ilusória de natureza histórica, cultural e política.

## 6. Paradoxos, mesclagens e efeitos dos modelos românticos e racionalistas

Acabámos de ver que tanto o modelo romântico como o modelo racionalista da variação pluricêntrica do português compreende atitudes quer convergentes quer divergentes relativamente às variedades europeia e brasileira. Cada um dos modelos cognitivos e culturais da variação nacional do português inclui, pois, paradoxos e mesclagens conceptuais<sup>3</sup>. O principal paradoxo do modelo romântico reside na combinação das ideias de *pureza* e *independência* da língua portuguesa. E o principal paradoxo do modelo racionalista resulta da articulação das ideias de *unidade superior* e *diversidade funcional* do idioma.

Os modelos romântico e racionalista da unidade/diversidade do português mesclam-se em diversos discursos. São exemplos disso o discurso sobre a *lusofonia* como espaço de culturas plurais e fator de relevância económica (Fiorin, 2006; Martins, 2006; Cristóvão, 2008), o discurso sobre o *potencial económico* da língua portuguesa (Reto, 2012), o discurso a favor do Acordo Ortográfico como instrumento político ao serviço da estratégia ideológica da lusofonia e alguns discursos sobre a internacionalização da língua portuguesa e da sua gestão. Cada um destes discursos merece uma *análise crítica do discurso*, que aqui não podemos desenvolver.

Para finalizar, cabe perguntar que influência têm os quatro modelos românticos e racionalistas no processo de convergência e divergência entre as duas variedades nacionais do português. É difícil responder, visto que a evolução das variedades europeia e brasileira não tem certamente a ver apenas com estes quatro modelos cognitivos e culturais. Mesmo assim, é possível correlacionar as prováveis evoluções com estes modelos cognitivos, na medida em que estes modelos estão na base das atitudes linguísticas dos falantes portugueses e brasileiros. Apontamos três cenários.

3 Em Silva (2015), desenvolvemos uma análise detalhada sobre os processos cognitivos que estão na base dos quatro modelos cognitivos e culturais da variação do português, bem como das relações dinâmicas e complexas entre estes modelos. Esses processos cognitivos incluem a metáfora conceptual (p. ex., a metáfora racionalista da funcionalidade A LÍNGUA É UM INSTRUMENTO, A METÁFORA ROMÂNTICA DA IDENTIDADE A LÍNGUA É A ALMA DE UM POVO E A METÁFORA TANTO ROMÂNTICA COM RACIONALISTA A LÍNGUA É UMA BARREIRA), A METONÍMIA CONCEPTUAL, A CATEGORIZAÇÃO BASEADA EM EFEITOS DE PROTOTIPICIDADE E PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO CONCEPTUAL.

Primeiro cenário: o esperado processo de divergência entre as duas variedades nacionais do português, confirmado pelos nossos estudos sociocognitivos e socioletométricos (Silva, 2010, 2014b), receberá um forte ímpeto no Brasil, tanto da parte da afirmação romântica de uma *língua brasileira*, como por via da atitude racionalista promotora de um nacionalismo *cívico* e da democratização da educação e do ensino da língua. Esta atitude racionalista poderá, todavia, ter efeitos convergentes, configurando assim o segundo cenário: manifestações racionalistas como a diminuição da acentuada diglossia brasileira, o reforço e aceleração do processo de normatização e o conseqüente aumento de uniformidade dentro da variedade brasileira podem levar a mudanças “de baixo para cima”, a ponto de eliminarem especificidades do falar brasileiro popular. Finalmente, o terceiro cenário envolve interrupções ou reversões no esperado desenvolvimento divergente. Essas interrupções/reversões serão desencadeadas quer pela atitude racionalista de preservação da *unidade da língua* como estratégia de afirmação política e econômica no mundo globalizado atual, quer pelas pressões para uma normatização *convergente* do idioma decorrente da sua promoção internacional e da recente internacionalização da sua gestão, quer ainda pela promoção romântica da *lusofonia* no sentido do estabelecimento de uma identidade lusófona.

### Referências bibliográficas

- BAGNO, M. (2000). *Dramática da Língua Portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Loyola.
- BAGNO, M. (2001). *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola.
- BAXTER, A. (1992). Portuguese as a pluricentric language. In M. Clyne (Ed.), *Pluricentric Languages* (pp. 11-43). Berlin: De Gruyter.
- BAXTER, A. & Lucchesi, D. (1997). A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Linguísticos e Literários*, 19, 65-84.
- CASTILHO, A. (Ed.) (1991). *Gramática do Português Falado*. Campinas: Unicamp.
- CASTILHO, A. (2005). Língua portuguesa e política linguística: O ponto de vista brasileiro. In E. P. Coelho (Ed.), *A língua portuguesa* (pp. 193-221). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTILHO, A. (2010). *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- CASTRO, I. (1986). Um juízo sobre o novo Acordo Ortográfico. *Revista ICALP*, 5, 41-48.
- CASTRO, I. (2006). *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri.

- CLYNE, M. (Ed.) (1992). *Pluricentric Languages. Differing norms in different nations*. Berlin: De Gruyter.
- COELHO, E. P. (Ed.) (2005). *A Língua Portuguesa: presente e futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CRISTÓVÃO, F. (2008). *Da Lusitanidade à Lusofonia*. Coimbra: Almedina.
- DIRVEN, R., Frank, R. & Pütz, M. (Eds.) (2003). *Cognitive Models in Language and Thought: Ideology, metaphors, and meanings*. Berlin: De Gruyter.
- FARACO, C. A. (Ed.) (2001). *Estrangeirismos. Guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola.
- FARACO, C. A. (2008). *Norma Culta Brasileira – desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola.
- FIORIN, J. L. (2006). A lusofonia como espaço linguístico. In N. M. Bastos (Ed.), *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas* (pp. 25-47). São Paulo: PUC-EDUC.
- GAMA, J. (Ed.) (2007). *A Política da Língua Portuguesa*. Braga: Universidade do Minho.
- GEERAERTS, D. (2003). Cultural models of linguistic standardization. In R. Dirven, R. Frank & M. Pütz (Eds.), *Cognitive Models in Language and Thought* (pp. 25-68). Berlin: De Gruyter.
- GEERAERTS, D. & Cuyckens, H. (Eds.) (2007). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press.
- HOLLAND, D. & Quinn, N. (Eds.) (1987). *Cultural Models in Language and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KRISTIANSEN, G. & Dirven, R. (Eds.) (2008). *Cognitive Sociolinguistics: Language variation, cultural models, social systems*. Berlin: De Gruyter.
- LAKOFF, G. (1996). *Moral Politics: How liberals and conservatives think*. Chicago: University of Chicago Press.
- MARTINS, M. L. (2006). Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In N. M. Bastos (Ed.), *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas* (pp. 49-62). São Paulo: PUC-EDUC. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1075>
- MARTINS, M. L. (Ed.) (2015). *Lusofonia e Interculturalidade – Promessa e Travessia*. V. N. Famalicão: Edições Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39693>
- MARTINS, M. L., et alii (Eds.) (2014). *Interfaces da Lusofonia*. Atas da Conferência “Interfaces da Lusofonia” – 4-6 de julho de 2013. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29765>.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2006). *Comunicação e Lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos média*. Porto: Campo das Letras. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/30019>
- MATEUS, M. H. (2002). *A Face Exposta da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- MATEUS, M. H.; Brito, A. M.; Duarte, I.; Faria, I. H.; Frota, S.; Matos, G.; Oliveira, F.; Vigário, M. & Villalva, A. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- MOURA, V. G. (Ed.) (1983). *Estão a assassinar o Português!*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MOURA, V. G. (2008). *Acordo Ortográfico: A perspectiva do desastre*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- NARO, A. J. & Scherre, M. M. P. (2007). *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- OLIVEIRA, G. M. (2013). Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 52(2), 409-433.
- PERINI, M. A. (1997). *Sofrendo a Gramática*. São Paulo: Ática.
- RETO, L. (Ed.) (2012). *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.
- SCHWARCZ, L. M. (1993). *O Espetáculo das Raças? Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SHARIFIAN, F. (2011). *Cultural Conceptualisations and Language: Theoretical framework and applications*. Amsterdam: John Benjamins.
- SILVA, A. S. (1997). A Linguística Cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em Linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, 1, 59-101.
- SILVA, A. S. (2004). Introdução: linguagem, cultura e cognição, ou a Linguística Cognitiva. In A. S. Silva, A. Torres & M. Gonçalves (Eds.), *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva* (pp. 1-18). Coimbra: Almedina.
- SILVA, A. S. (2009). A Sociolinguística Cognitiva: razões e objecto de uma nova área de investigação linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, 13(1), 191-212.
- SILVA, A. S. (2010). Measuring and parameterizing lexical convergence and divergence between European and Brazilian Portuguese. In D. Geeraerts, G. Kristiansen & Y. Peirsman (Eds.), *Advances in Cognitive Sociolinguistics* (pp. 41-83). Berlin: De Gruyter.
- SILVA, A. S. (2012). Comparing objective and subjective linguistic distances between European and Brazilian Portuguese. In M. Reif, J. A. Robinson & M. Pütz (Eds.), *Variation in Language and Language Use* (pp. 244-274). Frankfurt: Peter Lang.
- SILVA, A. S. (Ed.) (2014a). *Pluricentricity: Language variation and sociocognitive dimensions*. Berlin: De Gruyter.
- SILVA, A. S. (2014b). The pluricentricity of Portuguese: A sociolectometrical approach to divergence between European and Brazilian Portuguese. In A. S. Silva (Ed.), *Pluricentricity: Language variation and sociocognitive dimensions* (pp. 143-188). Berlin: De Gruyter.
- SILVA, A. S. (2015). Cultural cognitive models of language variation. Romanticism and rationalism in language policy debates about European and Brazilian Portuguese. In

- J. Daems, E. Zenner, K. Heylen, D. Speelman & H. Cuyckens (Eds.), *Change of Paradigms – New Paradoxes. Recontextualizing Language and Linguistics* (pp. 253-274). Berlin: De Gruyter.
- SILVA, R. V. M. (2004). *Ensaaios para uma Sócio-História do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- SILVA, V. A. (2005). Contributos para uma política da Língua Portuguesa. In E. P. Coelho (Ed.), *A Língua Portuguesa* (pp. 25-35). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SILVA, V. A. (2007). Ilusões e desilusões sobre a política da língua portuguesa. In M. Gama (Ed.), *A Política da Língua Portuguesa* (pp. 13-26). Braga: Universidade do Minho.
- TARALLO, F. (1993). Diagnosticando uma gramática brasileira. In I. Roberts & M. A. Kato (Eds.), *Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica* (pp. 69-106). Campinas: Unicamp.
- TEYSSIER, P. (1982). *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.